

Paulino nega reajuste

BRASÍLIA — O ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, negou ontem que o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) tenha autorizado aumento de 55,87% para a tarifa de energia elétrica de Mato Grosso e também que o presidente Itamar Franco tenha vetado esse aumento e fixado um teto de 30% de reajuste para as concessionárias estaduais, que passaram a ter, com a Lei 8.631, liberdade para estabelecer seus preços. “Não falo com o presidente desde a semana passada”, assegurou.

A polêmica em torno do reajuste das tarifas, que estão com os preços congelados desde o início de fevereiro, surgiu anteontem, quando a assessoria de imprensa do Ministério das Minas e Energia divulgou nota informando que as Centrais Elétricas de Mato Grosso (Cemat) haviam solicitado aumento de 55,87%. Segundo a nota, o DNAEE considerou o pleito “razoável” e, por isso, autorizou o reajuste, que entraria em vigor no próximo dia 2. O aumento inauguraria a desqualificação das tarifas prevista na nova lei do setor elétrico.

O Palácio do Planalto e o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, reagiram à informação e procuraram desmentir-a de imediato. O próprio ministro Paulino Cicero admitiu que a lei que dá liberdade aos estados de praticar tarifas permite ao governo a possibilidade de praticar um veto branco aos pleitos estaduais.

Pela nova lei, as concessionárias estaduais, bem como as supridoras federais de energia, devem apresentar ao governo seus pedidos de tarifas. Caberá ao

DNAEE homologar as tarifas num prazo de 15 dias. Se não concordar com os níveis solicitados, o órgão pode declarar-se “inconformado” e, assim, vetar o reajuste proposto.

Eletrobrás — Anteontem, ficou acertado em reunião pela manhã entre o DNAEE e as concessionárias que seria fechado um contrato provisório, com validade de 30 dias, em que seria proposto um índice de reajuste das tarifas até que os contratos definitivos fossem assinados. À tarde, o diretor de Planejamento da Eletrobrás, Marcos Marques, entrou no circuito e propôs um aumento de 80% nas tarifas de suprimento (entre geradoras e distribuidoras).

A proposta da Eletrobrás interrompeu as negociações com os estados, que alegaram que o reajuste provocaria um aumento de pelo menos 100% nos preços ao consumidor. Paulino Cicero disse que a proposta partiu de alguém “desavisado”.

Privilegio — Apesar de não estarem pagando os juros da dívida externa, que tem o aval do Tesouro Nacional, as empresas de energia elétrica não estão sofrendo o bloqueio de suas contas pelo Banco Central, como determina a lei. O privilégio foi conseguido pelo ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, em negociação com o ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad. “A situação de caixa dessas empresas é a mais grave, a mais dramática de toda a história do setor elétrico”, justificou Paulino. O Tesouro banca a conta das empresas elétricas no momento em que o governo enfrenta dificuldades para fechar suas contas mês a mês.